



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

**COMISSÃO DE URBANISMO, TRANSPORTE, OBRAS, SERVIÇOS E  
MEIO AMBIENTE**

**19ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO EM CARÁTER ORDINÁRIA**

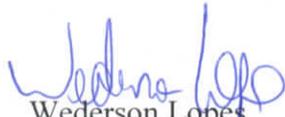
**REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2021**

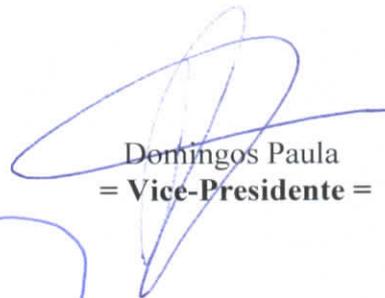
Às nove horas e quatro minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão de Urbanismo, Transporte, Obras, Serviços e Meio Ambiente, em caráter ordinário, na Sala de Reuniões, com o registro de comparecimento dos seguintes Vereadores: Presidente Wederson Lopes, Andreia Rezende, Domingos Paula, João Feitosa. Faltou com justificativa: José Fernandes. O Presidente Wederson Lopes, declarando aberto os trabalhos, solicitou que se fizesse a leitura da Ata anterior. Submetida à votação, foi aprovada pelos presentes. Em seguida passou-se a **ORDEM DO DIA**: Processo **216/2021** – Thais Souza – Dispõe sobre a proibição da realização de tatuagens e implantação de percings em animais de estimação, com fins estéticos na Cidade de Anápolis, e dá outras providências. **RELATOR**: João Feitosa. Parecer favorável ao projeto. Em votação o parecer. Aprovado. Processo **222/2021** – Prefeito Municipal – Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Anápolis, da utilização de água tratada para varrição hidráulica de passeios, calçadas, sarjetas e lavagem indiscriminada de veículos. **RELATOR**: Domingos Paula. Parecer favorável ao projeto. Em votação o parecer. Aprovado. Atendendo convite do Vereador João Feitosa, membro titular da Comissão, para debater com técnicos da Enel problema de fios em desuso acumulados em postes da cidade. Na condução dos trabalhos o Presidente da Comissão, vereador Wederson Lopes (PSC), contando com presença representada da Eneel Distribuição Goiás pelas relações institucionais, Marco Henrique A. Pavan, o Coordenador da Área de Compartilhamento de Infraestrutura, Darlan Aurélio Pereira Nobre, Executivo de Atendimento Rafael Ferreira Silva e o Chefe de Iluminação do Município, Pedro Henrique Silva. Abrindo o debate o Vereador João Feitosa disse que, em 2020, em parceria com o vereador Valdete Fernandes, criou-se a Lei que obriga a retirada de fios em desuso, disse que além da questão técnica e ambiental, a preocupação é com a segurança das pessoas. Segundo ele ao longo dos tempos foram registrados vários casos de cidadãos que se machucaram ou mesmo perderam a vida após serem atingidos por fios arrebatados ou que se desprenderam dos postes. “Nosso esforço, com respaldo da Câmara, é buscar de vez a solução deste problema”, afirmou. O Vereador Domingos Paula e a Vereadora Andreia Rezende manifestaram-se, preocupados com a questão da segurança do cidadão e com a necessidade de se regularizar essa pendência. Como membros da Mesa Diretora, colabora efetivamente na discussão sobre este tema, por várias vezes tratadas durante sessões ordinárias e reuniões de comissões. Usando a palavra, os técnicos da empresa concessionária de energia elétrica informaram aos membros da Comissão que, para resolver esta demanda definitivamente, é necessário que outros representantes sejam chamados à discussão. Marco Henrique citou as empresas de telefonia e TV a cabo, e o Ministério Público. Segundo ele o compartilhamento atende a um acordo estabelecido entre a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo Pavan, embora a fiscalização das redes compartilhadas é atribuição da Enel.



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

a manutenção das redes é de responsabilidade das teles. Disse que as teles apresentam à Eneel projeto técnico, o traçado de sua rede, submete à análise e, sendo aprovado, é gerado o contrato. Entretanto algumas das empresas compartilhantes, explicou o representante da Eneel, extrapolam os limites autorizados, usam os postes de forma irregular. Em algumas situações o uso ocorre até de forma clandestina. Marco Pavan informou ainda outro forte impeditivo para a regularização da situação: uma decisão liminar, com abrangência em todo o território nacional, conseguido por uma grande empresa de telecomunicações, que proíbe a remoção de cabos não identificados dos postes. Disse ainda que é complexo e burocrático o processo de notificação junto às agências reguladoras quando uma irregularidade é verificada. Afirma ainda que a Eneel já realizou limpezas nos postes no passado, mas em pouco tempo a sujeira volta, e sugeriu ainda aos vereadores buscarem modelos de tratativas utilizadas em outros centros, como São Paulo, que conseguiram resolver o problema. Disse também que a mudança do sistema tecnológico para 5G é “uma janela de interesse” que pode ser utilizada e exigir das teles, as empresas de TV a cabo e de transmissão de dados revejam sua estrutura e promovam a limpeza dos postes. Ao encerrar o debate, o Presidente Wederson Lopes, após ouvir as explicações e ponderações, indicou que o próximo passo em busca da regularização desta demanda é realizar uma audiência pública, contando com representantes da empresa concessionária de energia elétrica, da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal, também com a presença de prepostos das empresas de telecomunicações e de membros do Ministério Público. Agradecendo a presença dos representantes da Eneel e representante do Poder Executivo. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Wederson Lopes encerrou a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, eu Roberto Savedra Moya, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e demais membros da Comissão, e publicada posteriormente no site da Câmara Municipal de Anápolis.

  
Wederson Lopes  
= **Presidente** =

  
Domingos Paula  
= **Vice-Presidente** =

**Justificado**  
José Fernandes  
= **Vereador** =

  
João Feitosa  
= **Vereador** =

**Justificado**  
Andreia Rezende  
= **Vereadora** =